

Ata

Sessão de Assembleia Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Casa da Cultura de Melgaço

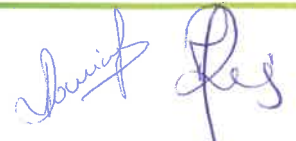
Sessão Ordinária n° 23
de 26 - 06 - 2021

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	P
António Manuel Domingues e)	1º Secretário	F
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	2º Secretário	P

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Sónia Andreia Alves Durães a)	P	José Carlos Gonçalves	P
Jorge Renato Vieira Ribeiro	P	David Manuel Barbeitos	P
Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	P	José Luís Douteiro	P
José Alves da Costa b)	P	Agostinho Alves	P
Ariana Andreia Rodrigues Fernandes	P	Amado Dias	P
Carlos Alberto Codesso	P	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	P
Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima	P	José da Ascensão Afonso	P
Carla Maria esteves Lima	P	Alfredo Domingues	F
Tiago José Baleixo Lourenço	P	Elisabete de Lurdes Domingues d)	P
Manuel António Fernandes	P	Ricardo Jorge Alves	P
Carla Sofia de Abreu	F	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
António José Gomes Nabeiro	P	Maria de Fátima Rodrigues Sousa Táboas	P
Manuel Cândido Afonso c)	P		
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	P		
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	P		
António Joaquim Sousa	P		
Paulo Jorge Azevedo	P		

P-Presença F-Falta

- a) Substitui Manuel Luís Domingues Gonçalves
- b) Substitui Catarina Aurora Rodrigues Mira
- c) Substitui Vânia Cristina Barros Faria Dantas
- d) Substitui Amadeu Esteves
- e) Substituído na mesa por Sónia Andreia Alves Durães



Quando eram dez horas e antes da Presidente da Mesa da Assembleia Municipal dar início aos trabalhos, informou a ausência do 1º secretário, António Manuel Domingues, por motivos de doença e com a concordância de todos, convidou para fazer a sua substituição a deputada Sónia Alves Durães. O segundo secretário procedeu à chamada dos membros desta Assembleia, tendo faltado, para além do 1º secretário, os deputados: Carla Abreu e Alfredo Domingues.

A Presidente da Assembleia colocou a apreciação a proposta de ata, da reunião de 24 de abril de 2021. Não houve pedidos de intervenção

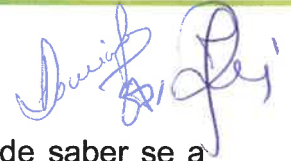
A Ata foi aprovada por unanimidade.

Assunto nº211	Período de “Antes da ordem do dia”;
----------------------	--

Aberto este período de “antes da ordem do dia”, pela Presidente da Mesa da Assembleia, procedeu-se à inscrição dos deputados para o uso da palavra, tendo-se inscrito Manuel Fernandes, José Albano Domingues e Jorge Ribeiro.

Começou por fazer uso da palavra o deputado Manuel Fernandes, dizendo que na reunião anterior, o Presidente da Câmara dissera que tinha consideração pela sua pessoa e frisou que essa consideração é recíproca. A consideração é pessoal e a estima igualmente, apenas divergem na política. Seguidamente referiu que derivado à sua profissão, passa por diversos sítios tomando nota de algumas situações. Referiu que no acesso que desce por detrás dos Fronteiriços, em direção a Tortim, o caminho é estreito, mal cabe um carro e não existem rails de segurança, o que é de uma enorme irresponsabilidade política e moral. Outro assunto, tem a ver com a água. Disse ter estado a fazer uma análise da fatura verificando que, cada litro de água, com tudo incluído, fica a mais de 2,30 euros. A água está mais cara do que qualquer vinho. Não com 4 ou 5 metros cúbicos de água que é o mínimo, que dá uma média de 150 litros de água por dia, que qualquer casa consegue viver, é impossível.

O deputado José Albano Esteves Domingues iniciou a sua intervenção fazendo uma chamada de atenção para o documento que se encontrava disponível à entrada do anfiteatro onde decorria a assembleia, contendo o mapa-resumo da prestação de contas do ano de 2020, defendendo que, por constituir uma base ou ferramenta de trabalho, deveria ter sido enviado juntamente com a demais documentação que lhes foi distribuída, com cumprimento, apenas e tão só, do prazo



(mínimo) das quarenta e oito horas. Frisou que não é uma questão de saber se a sua entrega é ou não obrigatória, mas antes de colocar o Executivo e os deputados da Assembleia Municipal numa posição de igualdade de armas, em ordem a que os assuntos possam ser discutidos, por todos, com conhecimento de causa.

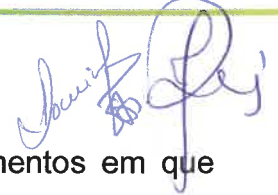
Numa segunda nota, e realçando que o fazia em nome da bancada da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, deixou um elogio à organização que está na base do processo de vacinação no concelho de Melgaço, destacando os serviços da Proteção Civil e a equipa dos profissionais de saúde e do pessoal auxiliar, mas sendo o elogio extensivo a todos os envolvidos. Acrescentou que, mesmo sem a existência de luxos ou sumptuosidades, mas desde que com empenho e o cuidado posto na logística e na preparação do espaço e dos meios humanos afetos, se tem conseguido fazer um trabalho notável e que tem corrido globalmente muito bem.

Finalmente, e dizendo que numa espécie de *remake* do que se tem vindo, sucessivamente, a anunciar, questionou o senhor Presidente da Câmara acerca do ponto de situação de algumas das obras cuja realização foi prometida realizar, ou pelo menos iniciar, no primeiro semestre de 2021 mas cujos desenvolvimentos no terreno não tinha conseguido perceber. Começou, neste ponto, por aludir à legalização da operação de loteamento e das construções, bem como à execução das obras de urbanização, do Bairro Senhora da Graça, previstas terminar no primeiro semestre de 2021. Referiu, depois, a transferência da dominialidade sobre a antiga estrada nacional que liga Monção a Melgaço, lembrando que aquando da aprovação do acordo de Mutação Dominial com a “Infraestruturas de Portugal”, na Assembleia Municipal de 27 de junho de 2020, havia comentado que entendia os prazos aí previstos como consideravelmente curtos ou limitativos. Lembrou, neste assunto, que o caderno de encargos da passagem da estrada para o Município de Melgaço prevê melhoramentos, trabalhos de manutenção e de conservação, na plataforma da via, nos taludes, passeios e bermas, nas infraestruturas de escoamento das águas pluviais, assim como se previa o lançamento da empreitada no espaço de um ano, o qual termina no primeiro semestre de 2021, perguntando se tal lançamento já foi feito e, na negativa, quando ocorrerá. Finalizou com a alusão à empreitada da Zona Empresarial de Alvaredo, dizendo acreditar que todos se encontram de acordo em que Melgaço carece, com premência, de atrair investimento, de atrair pessoas, de criar dinâmicas que revertam a desertificação e



permitam o rejuvenescimento da população, de criar postos de trabalho que sejam ocupados por quem cá já reside ou por quem para cá decida vir viver, e que para tal criação e atração se afigura imprescindível a existência de espaços para instalação de projetos e empresas, terminando com a seguinte questão: para quando a passagem do projeto da Zona Empresarial de Alvaredo do papel para o terreno?

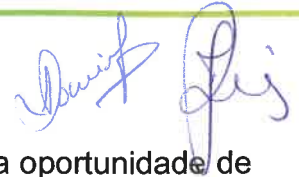
O deputado Jorge Ribeiro, fez uso da palavra para fazer uma chamada de atenção e um momento de reflexão. Está em finais das suas funções nesta assembleia, mas há uma situação que gostaria de pôr à consideração de todos. Há uns dias, viu numa publicação do município, que estava aberto um concurso “Memórias do Alvarinho de Melgaço -2021”, que visava escolher 2 obras para pôr em sítios estratégicos. Chamou-lhe à atenção o 2º prémio, que era um monumento, uma obra de arte, que fazia alusão a uns caminhos de ferro. E despertou-lhe a curiosidade e foi ver em que consistia o concurso, uma vez que Melgaço não tinha caminhos de ferro. Estamos a falar da obra que está em frente do BPI, no Largo da Calçada. A obra tinha uma memória descritiva, que explicava como tinham sido inspirados, os pontos da obra. De um dos lados percebeu, que aquele recorte tinha sido retirado de uma fotografia de umas muralhas, as quais não conhecia como sendo de Melgaço, mas de Monção, de entre outros desenhos, viu que a base da obra eram os caminhos de ferro. Depois aparece a Torre de Menagem, os brincos de Viana, um rótulo de um vinho, que faz parte de outra peça da obra, que é o alvarinho Deu-la Deu. Um concurso “Memórias do Alvarinho de Melgaço” e que faz referência às muralhas de Monção, caminhos de ferro, alvarinho Deu-la Deu e os brincos de Viana, que não sabe o que estão ali a fazer e teve a curiosidade de ver como isto aconteceu. Pesquisou quem era o júri, tentou perceber quem fora o Presidente do mesmo e constatou que este prémio foi escolhido sem que ninguém de Melgaço fizesse parte do Júri. O que queria chamar à atenção é que, não se pode atirar o “ónus” destas coisas à oposição. Todos têm que estar atentos e ter uma voz ativa e falar nos sítios certos. Se fosse produtor de alvarinho deveria chamar à atenção, pelo facto de irmos buscar o vinho de Monção para escolher o rótulo para fazer este monumento. Não há uma referencia à Inês Negra, a nenhum vinho de Melgaço, todos nós temos a obrigação de alertar para isto. Alguém de Monção lhe dizia, onde está o bairrismo de Melgaço, porque acontece aqui e não no concelho vizinho. Não podemos tirar o “ónus” destas coisas e deixar passar e



transformar-mo-nos numa massa populacional amorfa. Temos momentos em que devemos chamar à atenção e é esse apelo que faz, porque isto é apenas sintomático. E não raras vezes, vê a discutirem-se situações de Melgaço e para o futuro de Melgaço, em que é o único a debater o assunto. Os Melgacenses estão a deixar que gentes de fora estejam a tomar decisões sobre o nosso futuro. Deve-se refletir e tornarmo-nos mais interventivos.

Seguidamente foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, que começou por responder ao deputado Manuel Fernandes, em relação ao caminho de Tortim. No mandato anterior, foi feita uma intervenção muito grande, para o requalificar. Na altura houve uma derrocada de um muro nesse caminho, ficando intransitável, o que condicionou bastante o acesso a um grande conjunto de habitações. Quanto aos rails são necessários lá, assim como noutros sítios. Todos os anos se vai fazendo investimento nesse sentido, para reduzir riscos. Relativamente à água, em que considera a tarifa exagerada/ elevada, o deputado referiu que a água está a 2 euros o litro, deduziu que quisesse dizer o metro cúbico; frisou que os serviços estão a funcionar bem, a faturação da água está a ser muito bem-feita, sem os problemas de outros municípios que têm sido notícia ao longo dos meses. A tarifa é a tarifa mínima para ter os serviços pagos por si só, o que é uma obrigação legal. Com o preço da tarifa, pretende-se cobrir no mínimo 80% a 100% dos custos, o que permite uma faturação equilibrada no município. O sistema está a funcionar, qualificado e a ser intervencionado, com investimento a ser feito para requalificar e porventura levar alguma extensão do sistema, onde ainda não existe. Existe uma cobertura próxima dos 100%, no município, o que não acontece em nenhum outro município do Alto Minho. Com essa requalificação e com essa extensão de rede e com a qualidade do serviço, temos uma tarifa absolutamente equilibrada.

Em resposta ao deputado José Albano Domingues, relativamente à vacinação, congratulou-se com o trabalho, que está a ser bem feito. Há alguma articulação com a câmara municipal, através dos serviços de proteção civil e de algum serviço ligado à consulta, que tem estado permanentemente disponível a colaborar com o centro de vacinação. A ULSAM soube desenhar, como ninguém no país, o sistema de vacinação otimizado em todos os municípios e que tem dado provas de que está a funcionar bem e consegue fazer a vacinação de forma eficaz às populações. Porventura, até esteja a ser replicado o sistema e a forma como a



ULSAM desenhou, todo este processo. Noutras assembleias teve a oportunidade de felicitar os profissionais de saúde e todos que têm estado envolvidos em todo este processo.

Quanto às obras, este ano, temos algumas já em continuidade, em relação ao ano anterior e lembrou que, no ano passado, se fez um contrato de 3 anos, de beneficiação de vias municipais. Um contrato que teve intervenção física, no ano passado e que este ano está a ser novamente aplicado e com uma intervenção e com uma requalificação em muitos troços viários, da rede municipal, que é visível a todos aqueles que vão transitando no município. No próximo ano continuar-se-á ainda uma série de obras previstas.

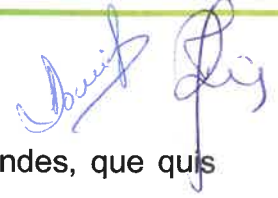
Em relação às grandes obras a que o deputado fez referência, referiu que o Bairro Sr^a da Graça tem, neste momento, todo o processo de projeto e todo o processo de contratualização pronto, para que ainda antes do final do mandato, seja iniciada a requalificação integral de todo o espaço público do bairro, de modo a que as pessoas tenham espaço urbano decente, que atualmente não existe. É um compromisso de longa data, de mais do que um mandato, anterior a este executivo, e que por razões várias nunca foi possível ser colocado no terreno.

Relativamente à EN 202 já está contratualizada, já tem definido um calendário de obras, e nos próximos 15 dias a obra estará no terreno. Numa 1^a fase vai-se fazer a preparação da pavimentação, para de seguida se fazer essa mesma pavimentação. Antes do final de agosto, a estrada estará integralmente requalificada, desde Penso até à Vila. A Zona Empresarial de Alvaredo também vai sair do papel, um grande objetivo traçado para o município. Estão-se a fazer as escrituras com os proprietários das variadíssimas parcelas. A obra está contratualizada. Recebeu na segunda feira passada, visto do Tribunal de Contas. A empresa está a preparar o início das obras que iniciará nos primeiros 15 dias de julho. Informou ainda que é objeto também desta reunião, que a breve trecho teremos condições para arrancar, com outra grande obra que é a requalificação das piscinas municipais. Hoje, nesta assembleia, ocorrerá uma tomada de posição importante para que se possa completar o que falta ao processo de visto no Tribunal de Contas e também as condições de financiamento necessárias, para que a mesma arranque. Era necessário que arrancasse antes, mas por questões burocráticas, isso não pode acontecer. Outras obras avançarão também, como a requalificação da Igreja do Convento de Paderne, uma obra emblemática, mas ainda sem o documento necessário da Secretaria de Estado do Orçamento. A ver se em finais de agosto/setembro pode também arrancar.

Em resposta ao deputado Jorge Ribeiro, referiu que foi lançado, no âmbito do PARU, a ação de criação de elementos emblemáticos, relacionados com o alvarinho, para colocar na Vila. Foi uma ação desenvolvida em articulação estreita com a

Escola Superior Galécia, a qual foi desafiada para que conduzisse este processo de concurso internacional de arte. Foram vários os artistas que apresentaram as suas propostas. O júri foi presidido por um elemento da ES Galécia. Pode-se aceitar a opinião e crítica, do deputado. Apenas, não aceita a insinuação de que se está numa desestruturação do nosso “ego”, do nosso sentido da autoestima. Acha absolutamente extraordinário que numa obra como esta se possa fazer esta “diabolação” e chegar a este princípio e esta ideia de que estamos aqui a perder a nossa autoestima e o nosso orgulho. Seria importante, uma outra reflexão, que é a de que o que se tem feito, no que ao alvarinho e a sub-região diz respeito e que é absolutamente meritório. O posicionamento que este executivo tem feito, da região, do município, dos produtores, é absolutamente extraordinário, diga o deputado o que disser, contrariamente aquilo que está a aludir. É reconhecido por todos, fora e dentro do município. Seria importante que estivesse a pensar não só nas subtilezas de uma escultura, mas que tivesse atenção a outras subtilezas dentro da sub-região. Fale com os produtores e perceba quem é que tem feito e continua a fazer trabalho consistente, com horizontes, a saber onde Monção e Melgaço devem querer chegar, a breve trecho, num prazo de 5 anos. Este é o trabalho consistente que o município tem que continuar a fazer, enquanto colaborante com os produtores e associações produtivas. O que temos feito é afirmar o nosso município, a nossa região e os nossos produtores. Há 8 dias embarcou no Porto para uma visita, acompanhado pela Vice-Presidente, e tiveram a oportunidade de perceber o posicionamento dos nossos produtos no aeroporto. Numa prateleira dedicada aos vinhos verdes onde os vinhos que mais pontuam são de Melgaço. O vinho mais caro da prateleira é de cá. Temos que ter a autoestima bem alta.

O deputado Jorge Ribeiro voltou a solicitar da palavra para dizer que não sabe em que momento da sua intervenção, pôs em questão a atuação do município e o trabalho que tem sido feito pelo mesmo. Há exceção da parte que queria acautelada que era do júri ter gente de Melgaço, acha que em mais nenhum momento se referiu ao trabalho da câmara. E quando diz os nossos vinhos, está a dizer os meus vinhos. Sente-se elogiado quando diz que temos feito um excelente trabalho aqui no território, há muitos anos. Para terminar, com uma nota de humor, citou uma frase dita, noutra assembleia, pelo deputado Maximiano, “Ó Nelo de onde vens? Trago um coco”



Seguidamente foi dada a palavra ao deputado Manuel Fernandes, que quis retificar o lapso quando falou da água em litros e não em metros cúbicos. Aproveitou ainda para dizer que a água é caríssima e que conhece pessoas que nas suas casas, pagam mais de água do que de renda.

Não havendo mais intervenções passou-se ao ponto seguinte.

Assunto nº212 Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal ;

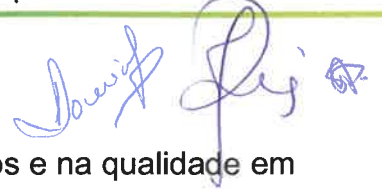
A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, caso quisesse acrescentar alguma informação, para além da que foi enviada aos senhores deputados. O Presidente da Câmara disse que não havia necessidade de intervir. E não havendo pedidos de intervenção, avançou-se para o ponto seguinte.

Assunto nº213 Análise e deliberação dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão de 2020;

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que começou por dizer, que estamos a apresentar contas de um ano atípico, complicado , o ano de 2020. Nesse ano foi necessário fazer a transição do sistema contabilístico para SNC-AP. Tem em si uma capacidade e uma forma de leitura diferente. Foi uma transição bem feita, com a ajuda dos ROCS, que estiveram permanentemente em articulação com os serviços da câmara, para que se fizesse bem e resultasse com eficácia nas contas. Seguidamente fez uma apresentação mais minuciosa do documento.

Após a apresentação foram abertas inscrições. Começou por fazer uso da palavra o deputado Pedro Silva que começou por deixar um apontamento/indignação, porque ao entrar na sala, pegara, na mesa da entrada, num documento de apoio a esta leitura. Documento que, segundo ele, de certeza não foi terminado no dia anterior. Trata-se de uma informação técnica e que deveria ter sido enviada por email a todos os deputados para facilitar a análise do relatório.

Relativamente às contas, afirmou existir, um paradigma, há uma nova norma



contabilística, em que se nota um cuidado maior nos documentos e na qualidade em como são apresentados. Esta nova norma tem 3 óticas contabilísticas: a financeira, a orçamental e a de gestão, esta última ainda não está implementada e que para si, é a mais importante, é onde se materializam todas as contas. Da leitura das contas, há um aumento da qualidade nos documentos. O relatório do próprio ROC, é muito mais completo. Chamou-lhe, a atenção, das observações feitas pelo ROC, a participação do município no capital das Quintas de Melgaço, isto porque futuramente poderá haver um problema na utilidade da entidade pública, fazer parte do capital das Quintas de Melgaço. Outro assunto tem a ver com a execução orçamental, foi o 2º ano a não se respeitar o limite dos 85% de execução orçamental. Há uma série de mecanismos de alerta que o prevê. Gostaria de saber se isso não é um ponto que preocupe o executivo. O Presidente da Câmara disse que este ano foi um ano crítico e que houve uma redução na receita, não vai dizer que não seja verdade, mas não houve redução da receita. A receita total teve um aumento, não chegou a um milhão de euros, mas à volta de quatrocentos mil euros.

Quanto à execução orçamental a receita/despesa corrente, anda perto de 90%. Mas, na vertente do investimento, continua-se com umas taxas na ordem dos 50%, daquilo que é orçamentado. Três milhões novecentos mil euros, de despesa paga no exercício anterior, praticamente dez milhões, são para despesa corrente, para funcionamento da própria câmara municipal, com tendência para um aumento extra. Só este ano, houve um aumento de um milhão com despesas com o pessoal. Se se continuar a este ritmo, se for uma tendência que se confirme nos próximos anos, a capacidade de investimento da própria câmara, estará em causa. Será uma câmara que praticamente se dedicará apenas a gerir e sem capacidade de investimento naquilo que possam ser obras estruturais para o concelho. Finalizando, há uma preocupação com as contas, passamos de uma situação em que a câmara teve que ser quase intervencionada para uma situação de equilíbrio, mas voltou a frisar, que também é papel da Câmara criar ambição. Que obras estruturantes foram feitas? Que obras estruturantes estão prontas? Que obras estruturantes temos para o futuro? Temos dificuldades em identificá-las. É óbvio, continua-se a falar na zona industrial e noutra tipo de obras; algumas poderão ter impacto na qualidade de vida das pessoas, como a requalificação das piscinas, mas que para ele, não é uma obra estruturante, nem marcante, para o futuro do concelho. As contas estão equilibradas,

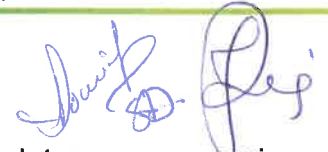
mas não lhe parece que seja objeto de uma câmara municipal, ter só contas equilibradas, sem olhar para o investimento marcante para o futuro do concelho.

Antes de proceder à próxima intervenção, a Presidente da Mesa da assembleia, informou e esclareceu os presentes acerca do documento/resumo da apresentação. Referiu que o documento não faz parte dos documentos que a mesa tem que enviar aos deputados, relativo à prestação de contas. Este é o documento que o executivo traz para fazer a apresentação. Como a apresentação não é possível ser feita de outro modo, dadas as condições da sala, o executivo achou por bem trazer o resumo de como seria a apresentação, para entregar aos deputados. A mesa não foi responsável pelo documento.

Relativamente ao assunto em discussão o deputado José Albano Domingues começou por dizer, em comentário às palavras do senhor Presidente da Câmara, que a situação pandémica não pode servir de desculpa para tudo e mais alguma coisa. E que não poderia servir, designadamente, para desculpar a falta de realização de obra, até porque, conforme é consabido, a atividade da construção civil foi das poucas que não sofreu constrangimentos ou especiais limitações decorrentes da situação epidemiológica que nos vem afetando desde o ano de 2020.

Ainda em resposta às notas introdutórias dadas pelo senhor Presidente da Câmara, o deputado afirmou não ser verdade que ocorreu uma diminuição das receitas, antes pelo contrário, pois que as transferências do orçamento de Estado aumentaram 8% e, para além disso, de acordo com o mapa 3 do documento disponibilizado no início da Assembleia, a receita aumentou, do ano de 2019 para o de 2020, em mais de 270.000,00 €uros, realçando ainda que o resultado líquido do exercício, com um saldo positivo de mais de 632.000,00 €uros, demonstra que não foi por falta de verbas que o Plano de Atividades e Orçamento ficou por cumprir.

Apontou, depois, como notas positivas no documento em discussão, a diminuição do nível do endividamento no médio e longo prazo, reduzido para cerca de três milhões e seiscentos mil euros, mas notando que o passivo total do Município ainda se mantém acima da fasquia dos dez milhões de euros, um montante que deve preocupar, se tivermos em conta a realidade das receitas próprias do Município. Acrescentou que, a seu ver, também deveria haver um esforço no sentido do pagamento das dívidas em atraso, pagando-se,



nomeadamente, aos fornecedores, por se tratar de dinheiro a injetar na economia local, contribuindo para a sua dinamização e crescimento.

Quanto ao já referido resultado líquido do exercício, e ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, que relevou igualmente como positivos, afirmou não poderem os mesmos ser dissociados dos baixos níveis de execução orçamental do lado da despesa, bem como do facto dos inúmeros eventos e realizações que ficaram sem fazer, ou que foram reformulados, em função da situação epidemiológica da Covid 19.

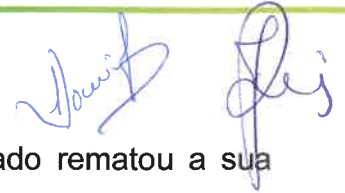
Já como pontos negativos o senhor deputado apontou a execução orçamental, novamente muito aquém do esperado, situada nos 70% do lado da receita e nos 69,80% do lado da despesa, com especial enfoque na parte da despesa de capital, ligada ao investimento, que não suplantou os 50,10%.

Assumiu, ainda, como digno de relevo, pela grandeza dos números, o desvio, em mais de 6 milhões de euros, cerca de 1/3 do orçamento, quer do lado da receita (desvio de 44%) quer do lado da despesa (desvio de cerca de 30%).

Assinalou, depois, a violação, pelo quarto ano consecutivo, das regras emanadas da DGAL, no sentido de a realização orçamental do lado da receita não poder ficar aquém dos 85%, acrescentando que se deveriam levar em devida linha os alertas feitos nesse sentido.

Afirmando, de seguida, ser a favor de que os trabalhadores do Município sejam condignamente remunerados, acrescentou que razões de sustentabilidade das Finanças do Município não pode deixar de se ver, com alguma preocupação, o aumento, no espaço de apenas um ano, em 10%, nos custos com o pessoal, aumento esse que se traduz no valor de 480.000,00 €, e isto mesmo tendo presente a justificação adiantada, do pagamento das valorizações remuneratórias e respetivos retroativos, referentes ao descongelamento das carreiras, e em particular numa conjuntura de tantas dificuldades para tantas e tantas famílias portuguesas.

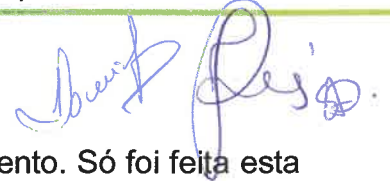
Ainda como nota negativa, e num Município cujo Executivo se não cansa de erguer a bandeira do saneamento financeiro, o senhor deputado José Albano referiu ver com preocupação a estimativa de 56 dias de prazo médio para os pagamentos, particularmente quando temos municípios do Alto Minho em que esse prazo se encontra reduzido a uma semana ou pouco mais.



Tendo presente o que acabou de dizer, o senhor deputado rematou a sua intervenção dizendo que mercê da realidade dos números, e contrariamente ao que vem expresso na introdução ao documento em questão - prestação de contas, reportadas a 31/12/2020 – tal documento não espelha racionalidade e rigor na gestão, eficiência na utilização dos meios afetos à prossecução das atividades, nem tão pouco eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados, mas antes, e isso sim, uma evidente incapacidade em se cumprir com o Plano de Atividades e Orçamento, que a própria maioria PS votou favoravelmente.

Foi dado de seguida o uso da palavra ao deputado Maximiano Gonçalves, que começou por fazer uma análise por parte da bancada do Partido Socialista, sobre o documento. Trata-se de um documento técnico, que não se pode analisar dissociado da lista das obras que já foram concluídas, das que estão ainda em execução, e com fundos aqui relacionados, e outras que não têm fundos e estão a ser feitas com erário da Câmara Municipal e que os Presidentes de Junta, conhecem bem. Alguns têm essas obras a serem feitas nas suas freguesias: saneamento, caminhos, pavimentações, abastecimentos de água, mudanças de condutas das águas, etc. Depois, e continuando a análise, esta extensa lista também outras obras como trilhos e muitas obras que abrangem uma vasta área do concelho e também todas as áreas desde a habitação até ao turismo. Na opinião da bancada, esta conta de gerência acaba por ser um mostruário daquilo que se fez durante o ano, que como o presidente e o Deputado José Albano falaram, teve alguns problemas, devido à fase que estamos a passar com a pandemia. Relembrou que não são só as obras paradas, é também ao nível das receitas, reduções ao nível de taxas, alguns gastos com a pandemia quer no município, quer nas freguesias, houve também o apoio que foi necessário dar à população mais necessitada e que ainda se continua a fazer. Com tudo isto, e depois de analisado o parecer dos ROC's, não há dificuldade em dizer que a bancada votará favoravelmente esta conta de gerência e será apresentada Declaração de Voto.

Em resposta às intervenções, o Presidente da Câmara esclareceu que sobre o documento entregue no início da reunião, não é de hoje, que se prepara a apresentação sucinta das contas. Nunca foi questionada a possibilidade de ser facultado com mais antecedência. Acrescentou que não vê mal nenhum em que seja facultado numa próxima situação semelhante. É uma apresentação simplificada dos



grandes números das contas e dos grandes números do orçamento. Só foi feita esta apresentação de há uns anos a esta parte porque se considera ser uma forma mais simples, “frendly” de nos ajudar a todos a ler o documento. Não há nem nunca houve a tentativa de “cercear”, aos deputados de alguma informação.

Ouvindo os deputados Pedro Silva e José Albano, ficou agradado por dizerem que as contas estão equilibradas. Era esse o objetivo. Conseguiu-se e vai-se manter o rigor absoluto na gestão das contas. Este rigor nas contas, não pode de forma alguma, castrar a ambição, não irá fazê-lo nunca. E o que foi colocado aqui é que com estas contas, se está a fazer umas contas à “Tio Patinhas” e que não existe ambição para o futuro. É mentira, é falso. E a prova dessa ambição é o conjunto de obras estruturantes que estão a ser colocadas no terreno e que irão começar a crescer a breve trecho: a Zona Empresarial, as piscinas municipais, a requalificação da EN202, a requalificação do Convento de Paderne. Muitas outras têm sido feitas e são importantíssimas para o município: o investimento brutal na rede de infraestruturas, na requalificação do parque de edifícios, sobretudo o investimento que se está a fazer no centro de estúdios, e que no final do próximo mês estará revisitado e com uma qualidade que o permitirá manter durante muitos anos. Era necessário fazê-lo, porque não se pode ter ambição de construir e depois não haver a capacidade de manter os edifícios operacionais e com qualidade. Tem-se dado também apoio às entidades que estão com a autarquia nessa matéria. A ambição tem passado pelo apoio às Juntas de Freguesia e o ano 2020 foi um ano de enorme colaboração e pretende-se continuar a fazê-lo. Uma colaboração cada vez maior, com as organizações do território: organizações do setor social, do desporto, da cultura, etc. A ambição mantém-se, é grande e o resultado da ambição, está a ser visto e será visto, no terreno, com rapidez. Não existe medo na acusação de que não se está a conseguir essa ambição. Os ROC’s, têm feito um grande trabalho, trazem um extraordinário relatório, dando nota de algumas preocupações e recomendações. Estas constam do documento, de forma estruturante, e serão todas tidas em conta.

Seguidamente interveio o deputado Diogo Castro, que pegando nas palavras do Presidente da Câmara, quis expressar o apoio que a Câmara tem dado às Juntas de Freguesia para a realização das obras. Sempre houve apoio, dando exemplo da Casa Mortuária de Alvaredo, que só foi possível com a ajuda da Câmara. Ainda há


pouco tempo falou com o Presidente da Câmara sobre o escoamento das águas pluviais em Alvaredo. Era uma obra importante, que não foi feita na altura em que o deputado Paulo Cerdeira era Presidente da Junta, devido à falta de autorizações de particulares, mas que agora, com o apoio da Câmara Municipal, tem tudo pronto para ser posta em prática. Em relação às estradas, a que considera em pior estado, é em paralelo, o acesso à parte debaixo de Alvaredo. Será feito o escoamento de águas e posteriormente será feita a pavimentação. O apoio, sempre que possível, é importante e fundamental, para as infraestruturas que vão surgindo nas Juntas de Freguesia. Para terminar, referiu-se à Zona Empresarial de Alvaredo, uma obra importante, em que os técnicos do município estão a fazer um excelente trabalho.

Após a resposta do senhor Presidente da Câmara às intervenções dos senhores deputados, o deputado José Albano Domingues pediu à Mesa que anotasse a saída da sala, por motivos de ordem profissional, do senhor deputado Paulo Azevedo, em ordem a não contender depois com o número de votos e o sentido da votação, assim como pediu que se anotasse a disponibilidade acabada de manifestar pelo senhor Presidente da Câmara, no sentido de que em futuros exercícios, e mesmo não sendo o envio obrigatório, se procedesse à entrega, a todos os deputados eleitos, com a demais documentação atinente à prestação de contas e relatório de gestão, do documento contendo os mapas referentes às contas do ano anterior, em ordem à facilitação do trabalho de todos.

Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovada por maioria, com 7 votos contra da Coligação P'ra Frente Melgaço.

As bancadas do Partido Socialista e da Coligação P'ra Frente Melgaço, ficaram de apresentar Declaração de Voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.



Assunto nº214 Análise e deliberação da revisão orçamental nº2, no valor de 103.020,22€

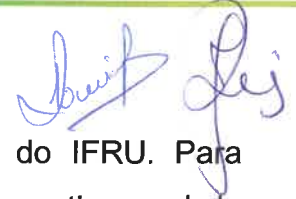
A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que informou que o saldo transitório tem que ser aplicado e fez-se esta revisão com a aplicação desse mesmo saldo.

Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº215 Análise e deliberação sobre a declaração de nulidade, da autorização aprovada em Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2020, de contração do empréstimo e subsídio reembolsável FEEI, no valor de 2.206.563,92€, e do consequente contrato de empréstimo- BPI/IFRRU 2020-reabilitação urbana;

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que começou por pedir à Presidente da Assembleia, se lhe permitia falar dos pontos 5 e 6, uma vez que são indissociáveis. Dada a autorização, explicou que a necessidade de trazer a nulidade do concurso, para o IFRU, prende-se com o facto de, no concurso anterior, para o financiamento da obra das piscinas municipais, quem venceu e apresentou melhor proposta foi o BPI. E, de repente, percebeu-se e até porque o BPI colaborou, que haveria um problema grave: o Tribunal de Contas, não tem aprovado nenhum financiamento IFRU, que o BPI tenha vencido. Houve a oportunidade de receber uma equipa do BPI, a nível regional, que veio explicar o porquê desta situação e que veio dizer “estamos aqui, para vos ajudar. Estamos aqui para resolver convosco, da melhor forma, esta situação. Seja por nulidade de concurso, seja pela forma de passarem para a segunda proposta”. Achou-se que era mais seguro fazer este processo, anulando este concurso e abrindo novo concurso. Como surgiu este problema do BPI? O BPI, o Santander e o Millenium são as três



entidades bancárias que foram consideradas neste instrumento do IFRU. Para serem consideradas tiveram de ter o aval do IRU e depois do respetivo aval do Tribunal de Contas. Acontece que as propostas que o BPI faz são mais favoráveis, do que as propostas feitas pelo Santander e Millenium, mas não são consideradas válidas pelo Tribunal de Contas. Anulou-se este procedimento e abriu-se novo procedimento e nesse novo procedimento o BPI apresentou uma declaração dizendo que não tinha condições para apresentar proposta. Vieram as outras duas unidades bancárias, estando refletido no ponto 6, e tendo sido atribuído ao Santander Totta.

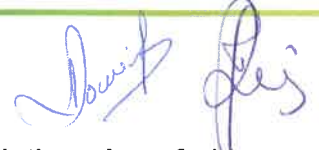
A Coligação Prá Frente Melgaço, por intermédio do deputado municipal Francisco Reis Lima, propôs a alteração da proposta de deliberação constante como assunto 5 da Ordem de Trabalhos, “Declaração de nulidade da deliberação de aprovação do empréstimo e subsídio reembolsável FEEI, no valor de € 2.206.563,92 e do consequente contrato de empréstimo BPI/IFRRU 2020 – reabilitação urbana. Como justificação para a alteração referiu que a Assembleia Municipal não havia aprovado o empréstimo, uma vez que a competência para tal é do executivo, mas tão somente autorizado a contratação de tal empréstimo, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais e no n.º 5 do artigo 49.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais. Assim sendo, e até porque o Sr. Presidente da Câmara esclareceu e confirmou que a decisão de anulação do empréstimo já havia sido tomada em sede camarária, propôs que a deliberação a tomar fosse: “Declaração de nulidade da autorização aprovada em Assembleia Municipal de Melgaço de 19 de Dezembro de 2020, de contração do empréstimo e subsídio reembolsável FEEI, no valor de 2.206.563,92€ e do consequente contrato de empréstimo BPI/IFRRU 2020 – reabilitação urbana”.

Na sua intervenção quanto a este ponto, o deputado José Albano Esteves Domingues lembrou que esta Assembleia Municipal votou favoravelmente a contratação do empréstimo em causa em 19 de dezembro de 2020. Prosseguiu dizendo que a essa data eram já decorridos 2 (dois) anos desde a prolação, pelo Tribunal de Contas, do duto acórdão nº 42/2018, datado de 20/12/2018, que negou o visto a dois contratos de empréstimo IFFRU 2020, igualmente celebrados entre autarquias e o banco BPI. Realçou, seguidamente, que uma das razões que levou

ao “chumbo” dos dois empréstimos por parte do Tribunal de Contas tinha a ver com a limitação temporal dos períodos de carência na amortização do empréstimo, exatamente a mesma razão que serviu para que o Tribunal de Contas não concedesse o visto prévio ao contrato celebrado pelo Município de Melgaço. E terminou a sua intervenção perguntando porque é que, tendo presente esse acórdão do Tribunal de Contas, e essa dilação temporal (entre o momento em que foi proferido e o momento da contratualização do empréstimo com o BPI), não foi levado em linha de conta o entendimento sufragado por aquela Instância Jurisdicional, no sentido de se evitar que este empréstimo também viesse a ser chumbado.

O Presidente da Câmara, em resposta ao deputado Francisco Reis Lima, disse que foi enviado para o Tribunal de Contas o contrato com o BPI. E é em pedido de esclarecimento, por parte do Tribunal de Contas, que existe a noção da situação, do constrangimento que se teria no futuro. Por isso, no momento que se recebeu o pedido de esclarecimento, fizeram-se rapidamente os contactos com o BPI e onde assumem que todas as operações, em que têm estado presentes, têm sido chumbadas pelo Tribunal de Contas. Podia-se insistir? Podia, mas corria-se o risco, de ter um recuo de 6 meses a um ano. Não há dúvidas que seria esse o caminho que teríamos pela frente. Resolveu-se desta maneira procurando ajuda especializada na matéria. Os serviços jurídicos da autarquia têm uma elevada competência, mas nesta matéria achou-se que se deveria ter uma assessoria especializada, para que ajudassem a resolver rapidamente. Foi este caminho que foi desenhado, com muita qualidade e muito rigor. Em relação à questão da alteração do enunciado da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, não discute. É importante que esta obra seja colocada no terreno o mais breve possível e esta é a solução que se achou mais adequada. Acredita que feito isso, e aprovando o ponto 6 que vem a seguir, na próxima semana será enviado todo o procedimento para o Tribunal de Contas, esperando que no prazo de um mês, esteja tudo resolvido.

Para terminar este ponto, a Presidente da Assembleia, referiu que não haverá problema, em colocar a proposta apresentada pelo deputado Reis Lima, de alterar o enunciado do ponto 5 da ordem de trabalhos, tendo pedido ao deputado que voltasse a repetir a sua sugestão.



O deputado Reis Lima citou de seguida, o texto relativo à referida alteração. **“Análise e deliberação sobre declaração de nulidade, da autorização concedida pela Assembleia Municipal, de contração do empréstimo e subsídio reembolsável FEEI, no valor de 2.206.563,92€, e do consequente contrato de empréstimo- BPI/IFFRU 2020-reabilitação urbana; “**

A alteração proposta foi aprovada por unanimidade.

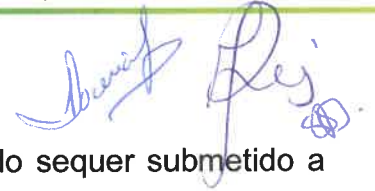
Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº216 Análise e deliberação da proposta de adjudicação ao Banco Santander Totta para contratação de empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo da linha IFFRU, até ao montante de 2.153.303,08€;

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, que apenas quis esclarecer um ponto que poderia suscitar, algumas dúvidas. Anulou-se um procedimento que tinha um valor 2.206.563,92€ e agora propõem-se a aprovação de um outro com valor mais baixo de 2.153.303,08€. Inicialmente tratou-se de um valor base e agora está-se já a trabalhar com aquilo que foi a contratação feita depois do processo.

Acerca do ponto em discussão o deputado José Albano Esteves Domingues iniciou a sua intervenção concedendo em que, uma vez negado o visto do Tribunal de Contas ao empréstimo anteriormente contratualizado com o BPI, necessário se mostrasse o lançamento de uma nova operação para obtenção de financiamento bancário. Observou, porém, que o respeito devido à Assembleia Municipal postularia, a seu ver, que se aguardasse a deliberação (positiva) da declaração de nulidade, ou revogação, do contrato anterior (o que teria sido possível ser feito na Assembleia Municipal do passado mês de abril) e só depois disso se trouxesse novamente a este Órgão a nova contratualização (não dando, pois, como certa e



segura uma invalidação da operação anterior, sem tal ter sido sequer submetido a deliberação).

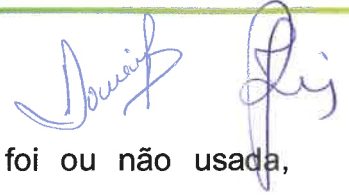
O senhor deputado referiu que o que mais o surpreendeu foi, porém, o facto de a proposta de adjudicação o ser à instituição bancária “Santander Totta, S.A.”, aludindo ter bem presente a nota de imprensa, publicitada pela Rádio Vale do Minho em outubro de 2020, em que o senhor Presidente da Câmara se insurgia, com veemência, contra o encerramento da agência de Melgaço do Santander, confessando a sua absoluta surpresa pelo fecho, manifestando o seu profundo descontentamento, acusando a administração do banco de estar a virar as costas à população, e acrescentando que com tal abandono os Melgacenses deixariam de confiar na dita Instituição.

Prosseguiu, depois, asseverando que é verdade que os Melgacenses deixaram de confiar, e perguntando ao senhor Presidente porque é que a Câmara Municipal não deixou de confiar também.

Notou, ainda, o senhor deputado que o *spread* apresentado na proposta da outra instituição bancária proponente – o Millennium BCP – , que foi de 1,75%, até é mais baixo do que o do Santander (este de 2.25%) em 0,50 pontos base, não se evidenciando, pois, esta última a “proposta economicamente mais vantajosa” (como anunciado estava nas condições postas para a contratação), e que mesmo assim a proposta não foi no sentido da adjudicação ao BCP.

Acrescentou ter noção de que para tal não adjudicação ao BCP foi apresentada a justificação de que na proposta deste o indexante (ao *spread*) tinha um *floor*, isto é, tinha um limite mínimo a partir do qual o *spread* não pode baixar, para taxa negativa, mas perguntou se o Executivo acredita realmente que a evolução das taxas de juro (que, segundo os especialistas na matéria, até tenderão a subir) irá a um ponto tal de descida que supere os 0,50 pontos negativos, pois que somente dessa forma, ou com essa ordem de descida, se poderia vir a tirar dividendos da proposta apresentada pelo Santander.

Em jeito de conclusão, o deputado José Albano sublinhou que o Município de Melgaço nem sequer se encontrava vinculado a aceitar a proposta do Santander Totta, uma vez que (e nesta parte bem) reservou o direito de não adjudicar, total ou parcialmente, o valor em consulta, assim como reservou o direito de proceder à negociação das propostas apresentadas, e perguntou, nesse seguimento, ao senhor



Presidente da Câmara, se tal prerrogativa de negociação foi ou não usada, mormente em ordem a intentar conseguir, junto do BCP, a não fixação de um *floor* ou tecto mínimo ao indexante (e com isso beneficiar do *spread*, mais baixo, de 1,75%), e, caso não tenha sido usada, se nos poderia dizer o porquê?

Em resposta, o Presidente da Câmara começou por dizer que acharia estranho, que perante este instrumento financeiro, que tem 3 entidades bancárias, não se convidassem essas 3 entidades bancárias. Foi feito, num primeiro momento e já aqui foi falado qual foi a proposta vencedora. Continuou a dizer que seria mesmo uma proposta interessante, a do BPI. Num segundo momento fez-se a mesma coisa, o convite às 3 entidades bancárias pois não faria sentido não o fazer. Perante o convite e as propostas das entidades bancárias, é segura a opção feita. Perante esta análise e considerando os serviços, com o apoio que tiveram, que a melhor proposta é sem dúvida, a do Santander. Embora, indignados, com o que se passou no balcão de Melgaço, perante a avaliação objetiva dos serviços, apoiados para isso, concluiu-se que a proposta do Santander era a melhor. Considerou que o processo foi objetivo, transparente e perante isso as opções, são as que têm que ser tomadas.

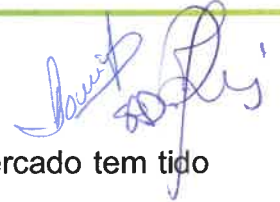
A Presidente da Assembleia colocou este **assunto a votação, tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 7 abstenções da Coligação P´ra Frente Melgaço.**

A Bancada da Coligação P´rá Frente Melgaço, ficou de apresentar Declaração de Voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº217 Análise e deliberação da proposta de assunção de compromisso plurianual no âmbito do protocolo de colaboração com o IPVC para criação de alojamento;

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a introdução ao assunto. O Presidente da Câmara começou por dizer que com o crescimento da Escola Superior de Desporto e Lazer, uma das questões que se coloca, tem a ver com a capacidade de alojamento e acolhimento dos estudantes.



Tem sido dada resposta de variadíssimas maneiras, sobretudo, o mercado tem tido a capacidade de dar essa resposta. Tem sido feita uma articulação, desde 2011 com a Movijovem, para que a nossa Pousada da Juventude faça parte da solução, em relação ao alojamento para estudantes. Achemos que está na hora de fazer um pouco mais. E, por isso, já foram publicadas 3 ações com o apoio da Câmara, nesta matéria. Uma em colaboração com o IPVC e a articulação com a Movijovem, para que a Pousada da Juventude, possa ter uma maior capacidade de acolhimento jovem; outra, a entrega da Antiga Escola Primária de Prado, que já tem projeto para ser aprovado, com cerca de 15 a 20 camas; um outro projeto, em articulação com o IPVC e com uma empresa, que é a da criação de um espaço de alojamento em sistema modular, cujo projeto está a ser desenvolvido, para poder ser implementado, de forma a que, no final do 2º período de 2022, possa estar a funcionar. Para que este projeto seja colocado no terreno, a câmara tem um protocolo de colaboração com o IPVC, no sentido de criar as condições financeiras, para que este possa fazer o arrendamento do terreno e poder instalar a construção modular. O modelo de negócio será o IPVC explorar esta solução modular e com essa exploração, pagar o investimento. É importante para o município e fundamental que a escola tenha mais condições de receção de alunos. Para a escola é importante esta resposta que está a ser articulada noutros municípios. A Câmara Municipal de Viana do Castelo está empenhadíssima, em colaboração com o IPVC, para que num terreno que era municipal, se instale uma resposta de 400 camas.

O deputado José Albano Domingues afirmou, neste ponto, que a sua bancada tem consciência de que possa existir falta de alojamento para albergar os estudantes da Escola Superior em Melgaço. Referiu que ao se debruçarem sobre este assunto tentaram perceber o que é que realmente se está a pensar pagar com o proposto valor mensal de 1.200,00 €uros, perguntando, a propósito, se estamos a falar de um terreno de construção ou antes de um simples prédio rústico, e, neste caso, se de cultivo, ou de cultivo e vinha, ou se de mato e árvores, questionando ainda qual a área ou dimensão. Perguntou, também, qual a identificação do felizardo proprietário de um tal prédio, quase que contemplado com a lotaria, frisando que se a Câmara Municipal se predispõe a pagar uma renda dessa ordem de valores, certamente que saberá para quem tal renda irá reverter.

O deputado lembrou que ainda há pouco tempo atrás se trazia a esta Assembleia um estudo, feito por técnicos do Município de Melgaço, que traçava uma radiografia muito atual e realista da realidade do concelho, particularmente no que toca ao mercado habitacional, onde se concluía, e defendia, que o preço médio do mercado de arrendamento – salvo erro 215,00 €uros – era caro e afastava eventuais interessados, comentando, de seguida, que 1.200,00 €uros são o equivalente, pela referida medida, a arrendar 6 (seis) apartamentos de tipologia T2 no centro da Vila de Melgaço. Exemplificou ainda, enquanto termo comparativo, com a renda, na ordem dos 900,00 €uros, que o Município paga pelo arrendamento dos espaços dos Estaleiros Municipais.

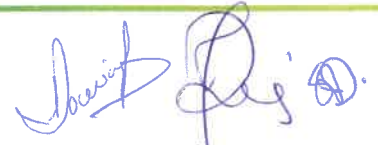
Questionou, depois, se será o proprietário do terreno quem vai infraestruturar o espaço, mormente com acessos e redes de água, saneamento, eletricidade e telecomunicações, bem como instalar os bungalows ou sistema modular, pois que se assim não for o negócio se torna ainda mais lucrativo.

Perguntou, também, se ao deslocalizar os estudantes para um terreno nas imediações da Escola Superior De Desporto e Lazer se não estará a retirar alguma da vida e do movimento de que o núcleo urbano da Vila tanto carece.

Questionou, ainda, até para quem acusa a oposição de não apresentar sugestões, o porquê de não se requalificar antes o edifício da antiga Escola Primária da Vila, que se encontra devoluto, transformando-o em residência estudantil, ou em espaço de alojamento para os estudantes, e se tal requalificação não seria conseguida, no todo ou em grande medida, com o valor que se vai pagar de renda pelo referido terreno e contrato, num total de 216.000,00 €uros.

E perguntou, finalmente, o porquê, mesmo que se pretendesse manter os estudantes nas imediações da Escola Superior, da não colocação ou instalação dos bungalows no espaço baldio, até mesmo junto à Pousada da Juventude, já utilizada para os mesmos fins, e quando certo é que desses baldios já foram desafetados vários hectares de terreno para construções como o Centro de Estágios, o Hotel Monte de Prado e a dita Pousada da Juventude.

Seguidamente solicitou da palavra o deputado Jorge Ribeiro para dizer que quando se fala em questões de arrendamento, estas coisas têm algum cálculo. Não percebeu se o deputado José Albano perguntou qual a área? Percebeu que perguntou se se tratava de um terreno rústico ou urbano. E agora relativamente aos



campos de Prado, não é a questão de terem donos, de certeza que os baldios estariam interessados, num negócio destes. Aliás a verba gerada, poderia dar para investir na escola, se houvesse entendimento entre a Junta de Freguesia e os baldios. A pergunta que quis colocar foi se existe um estudo de valor, por metro quadrado, porque são 1200 euros e importa também saber de quem são esses terrenos, supondo que são de particulares, são de quem e o porque da opção cair ali?

Em resposta o Presidente da Câmara, referiu que a matéria da habitação é uma matéria delicada no município, na zona urbana da vila, mas não é delicada pela oferta, mas pela falta dela e cada vez se sente mais. Se queremos ter a ambição de atrair pessoas para o nosso território, temos que ter a ambição de ter uma zona empresarial que vai chamar gente ao território e um conjunto de outros setores da economia, que precisam de gente. É só ter uma visão transversal sobre aquilo que está a acontecer, para perceber que precisamos de gente. O setor do vinho não tem gente, o setor do turismo também não, assim como o setor empresarial. Onde colocamos as pessoas? Precisamos de habitação. Já falou com os Presidentes de Junta, para motivarem as pessoas sobre a oferta habitacional que existe nas nossas freguesias, muitas delas sem utilização, para que se comece a mudar um pouco a forma de pensar em relação à propriedade e, colocar essa propriedade a ser usada. Não há habitação neste momento para responder às necessidades. Soluções para alojamento de estudantes, não são soluções que venham hipotecar a zona habitacional. Não acredito que tiremos movimento à Vila, são cerca de 80 camas para 500 alunos. É óbvio que o setor privado tem aqui um terreno enorme, para trabalhar e explorar. E nota disso é algum investimento que está a acontecer e é desejável que continue a acontecer. Reabilitação e instrumentos do ponto de vista fiscal, de apoio a essa reabilitação, nacionais e locais. Quanto à questão de ser implantada ali ou num terreno de baldios, considera que está próximo da escola. Nos baldios há um conjunto de equipamentos dos quais o deputado fez referência e há outros a implantar. Não faz grande sentido, carregar-se tudo, encima dos baldios. Por isso fez-se esta opção. É um terreno privado e não identificou o nome das pessoas, pois estarão no contrato que será público. Quanto ao cálculo para esta renda, os serviços tiveram o cuidado de dar alguma ajuda nesta matéria, para que se chegasse a este valor e para que se pudesse, desta maneira, ajudar a que o

IPVC possa desenvolver esta resposta para alojar os seus alunos, e com esta resposta se possa alavancar a escola para que seja cada vez mais um elemento decisivo no nosso desenvolvimento. Esta aliança com o IPVC, via escola e via outros instrumentos importantes para o nosso território será uma aliança para acelerar, crescer, porque é muito importante que uma instituição de ensino superior como o IPVC, cada vez mais esteja presente no território, que cada vez mais deixe a sua marca e ajude no território com o seu desenvolvimento. É uma aliança para continuar e alavancar, o que é absolutamente fundamental. Não se está, com isto, a enriquecer o IPVC, até porque as instituições de ensino superior deste país, vivem quase tão aflitas como as câmaras municipais. Estamos com um espírito de colaboração ativa para que as coisas funcionem.

Após pronúncia do senhor Presidente da Câmara, o deputado José Albano acusou a falta de resposta a alguma das questões postas, insistindo nelas, designadamente quanto ao tipo ou natureza (urbana ou rústica) do prédio a arrendar, qual a sua área, o porquê de, uma vez que sabe de quem se trata, não identificar o proprietário, tendo até presente que não será assunto em segredo de justiça nem violar o Regulamento de Proteção de Dados, se a infraestruturação do espaço seria feita pelo proprietário do terreno, pelo IPVC ou por outrem que o venha a explorar, e ainda, uma vez que informou que a instalação do sistema modular não seria feita no baldio porque tem para ali equacionado um conjunto de equipamentos, de que equipamentos é que se está concretamente a falar.

Voltou a usar da palavra o deputado Jorge Ribeiro, relativamente à opção de não usar os baldios. Ninguém ficou convencido, problemas de proximidade não se põem porque os baldios começam logo do outro lado, quanto à saturação não sabe. A solução da utilização dos baldios desde que acordado com a Junta de Freguesia, resolvia o problema. Aguarda as respostas pedidas pelo deputado José Albano, mas continua à espera, acrescentando que, o Presidente respondeu de uma forma muito vaga, isto é, não é resposta que os serviços contribuíram para chegar a esse valor. Também não percebeu porque é que diz que não há a preocupação de enriquecer o IPVC. Se o IPVC pudesse criar condições e tirar dividendos, para nós ótimo. O que se pergunta é se este valor, é um valor justo ou minimamente ajustado, ou não de uma forma inaceitável ou desproporcional. É preciso que sejam dados argumentos



para se poder ponderar a votação favorável. E esses argumentos são: tantos metros quadrados, em comparação com isto, chegamos a este valor.

Em resposta o Presidente da Câmara, começou por dizer que o terreno é rústico, neste momento, mas no PDM passará a urbano, senão não seria possível, sem esta alteração, ser infraestruturado o sistema modular de habitação. Quanto à infraestruturação do terreno estará a cargo de quem faz o investimento, não compete Câmara Municipal. Quanto aos proprietários, sabe quem são, não sabe dizer o nome completo, mas não faz sentido dizê-lo aqui pois vai ser público. O IPVC fará contrato com essas pessoas. A questão dos cálculos do valor a atribuir, não tem presente a fórmula implementada, não é a sua área. Na altura em que se fez este processo negocial, triangular, com o IPVC, com os proprietários e com a Câmara Municipal (os serviços) deram a opinião sobre o valor a estabelecer e foi com esse valor base estabelecido que vem à assembleia municipal para ser aprovado.

O deputado Jorge Ribeiro, referiu de seguida que, o Presidente tecnicamente não sabe, não esteve presente. Se não consegue explicar como chegaram aos valores, pelo menos a área. Há, nesta Assembleia, pessoas que têm terrenos alugados de vinhas e certamente não se irão pronunciar, esperando mesmo assim que o façam. Está-se a falar do valor de aluguer de terreno rústico, a 1200 € por mês, dá que pensar, parece uma barbaridade. Já percebeu que não quer dizer nomes dos proprietários. Não sabendo a área, não está em condições de votar favoravelmente e fará declaração de voto.

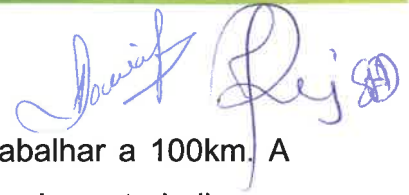
Usou novamente da palavra o deputado José Albano, que questionou o Presidente da Câmara se não consegue adiantar uma razão para tal valor. O contrato vai ser público. O Presidente sabe quem são as pessoas, vai ser comunicado à Autoridade Tributária, vai ser feito o pagamento de impostos. Portanto, consegue apresentar uma razão para não dizer o nome das pessoas? Não se percebe porque se está a resguardar, relativamente à identificação das pessoas. Outra questão, em relação à infraestruturação, vai ser feita por quem fizer o investimento, também não sabe quem vai fazer o investimento? Finalmente, questionou quais são os projetos que estão desenhados para os baldios.

Seguidamente o deputado Maximiano Gonçalves, fez uso da palavra para dizer que em relação aos baldios, aquela zona do Centro de Estágios e onde está o IPVC, onde está o ponto de água, parque de merendas e balneários, já não é baldio,

foi desafetado. Os baldios, na altura da construção do Centro de Estágios, embora muita gente se opusesse e dissesse que era o “elefante branco”, estava a criar, aquilo que estamos hoje aqui a falar, o IPVC, dos tais 500 alunos que estão agora lá matriculados, porque o Centro de Estágios está ali, senão não tínhamos o IPVC. Em relação aos baldios, não é do outro lado da estrada, como disseram. Os baldios têm a sua zona e há alguns projetos que os compartes tentarão implementar. A Junta de freguesia apenas administra os baldios, não manda, porque foi isso que os compartes fizeram e a assembleia de compartes é soberana. Neste momento, temos também a parte de Remoães, que deixou de ter uma administração e passou para a Junta de Freguesia. Como todos sabem, a assembleia de compartes é que manda no baldio, a Junta de Freguesia apenas trabalha sobre aquilo que a assembleia de compartes decide. Em relação a isto, é um terreno privado em que o IPVC terá entrado em contacto com as pessoas, o IPVC com a ajuda de técnicos da câmara, chegaram a esse preço, a Câmara dará a comparticipação do valor ao IPVC que, por sua vez dará aos proprietários. Em relação à importância do IPVC para Melgaço, lembrou o grande erro, que foi feito há muitos anos pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, quando se tentou trazer um polo da Universidade do Minho para Viana do Castelo e depois não veio, por causa de uns trocos, na altura. Foi para Guimarães, está lá e vejam o que deu.

A deputada Fátima Táboas, começou por dizer que o que tinha para perguntar diretamente ao Presidente da Câmara, porque pensou que estava a interpretar mal a informação que lhe tinha sido enviada, mas o deputado Maximiano Gonçalves esclarecera a dúvida. O que se está a discutir é a atribuição de um apoio, para um arrendamento que será feito, por uma instituição. Essa instituição que se depara com um problema há vários anos e quer, inclusive, alargar a oferta formativa e não consegue, porque tem este tipo de impedimento. Acha que se está a olhar para os pés em vez de olhar para a frente. Temos que olhar para a frente e tentar encontrar soluções, apoios, colaborações e sinergias que levem a algum lado. E não estar aqui a insistir, porque se quer saber quem é o proprietário, isso não cabe a esta Assembleia, cabe sim, decidir, se realmente a Câmara tem capacidade ou não, de dar este apoio ao IPVC.

Foi dada a palavra ao deputado Manuel Fernandes, para dizer que quando o Presidente fala da zona industrial, em que vamos ter problemas com pessoal para



trabalhar, isso é um erro, quando trabalhou em França, iam trabalhar a 100km. A Zona industrial, se vem para ali empresas com qualidade, o pessoal vem trabalhar.

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, que respondeu à intervenção do deputado Manuel Fernandes, dizendo que há uma discussão permanente em praça pública de desertificação e procura-se estrategicamente criar condições para atrair pessoas para o território. Se com a introdução de componente industrial, conseguimos trazer gente para esta terra, o que é desejável, então temos que ter componente de habitação. Em relação à intervenção do deputado José Albano, não põe nomes, o deputado sabe perfeitamente quem são os proprietários. Quanto ao deputado Jorge Ribeiro, referiu que não admite insinuações. O deputado insinuou na assembleia, que se “fala de coisas”. Há 4 anos, na campanha dos senhores, houve insinuações sobre as suas propriedades. Há testemunhos disso. Durante vários anos disseram que tinha casas em Monção, os senhores fizeram essas insinuações.

Seguidamente, foi dada a palavra ao deputado Jorge Ribeiro que começou por pedir desculpas por se ter dirigido ao Presidente de uma forma tão efusiva no entanto, não aceita que o acusem de fazer qualquer tipo de insinuações. Pediu que esclarecesse nomes porque a gente ouve coisas, ouviu falar deste assunto há 2 dias. Não faz insinuações, nem nunca fez. Se há coisa em que lhe dá lições, é em lealdade política. Considera que o Presidente não conseguiu dar resposta às perguntas feitas: Qual é a área do terreno e qual o custo por metro quadrado? Uma pergunta objetiva para poder votar.

O deputado José Albano Domingues pediu para voltar a intervir para dizer que é da opinião que a assembleia atingiu níveis de altercação e não há necessidade do Presidente se aborrecer. Não há resposta quanto, à identificação dos equipamentos que vão ser implantados nos baldios, na freguesia de Prado e Remoães. Apelava à serenidade e não há necessidade de ninguém se exaltar. Não ouviu, na Assembleia, insinuações, mas uma coisa sabe, o facto de se estar a resguardar o nome do proprietário, que garante não saber quem é, só pode contribuir para isto.

Voltou a usar da palavra o deputado Manuel Fernandes para dizer que quando o Presidente disse que foi o PSD que há 4 anos fez insinuações sobre propriedades em Monção, pessoalmente, nunca fez nenhuma insinuação e é contra essas atitudes. O PSD é um grupo e isto é uma coligação, mas não quer dizer, que

todos os membros da coligação tenham a mesma forma de pensar. Nunca ouviu nenhuma insinuação contra si ou contra ninguém.

Por fim, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que quis esclarecer que se está a falar de 2.400 metros quadrados, não deixou de responder por estar a fugir, entretanto outras matérias se sobrepuseram. Quanto aos equipamentos nos baldios, já todos sabem da construção de uma das unidades de distribuição de gás natural, que será instalada lá; há um outro equipamento importante para o nosso município, que uma entidade que não é a Câmara Municipal, está a tratar com os baldios, e que será outro projeto de relevância para o território. Relativamente às insinuações, tem o direito à indignação, seja de foro público ou privado. Hoje manifestou o direito à indignação que lhe assiste. Se há coisa que procura ter na vida é absoluta transparência, na vida pública e privada.

A Presidente da Assembleia colocou este **assunto a votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria, com 2 votos contra dos deputados Jorge Ribeiro e Manuel Fernandes e 5 abstenções da Coligação P'ra Frente Melgaço.**

As bancadas da Coligação P'ra Frente Melgaço, do Partido Socialista e o deputado Jorge Ribeiro, ficaram de apresentar Declaração de Voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº218 Análise e deliberação da proposta de assunção de compromisso plurianual, no âmbito do contrato de arrendamento do edifício do antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Melgaço;

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que informou que tiveram necessidade de recorrer a este edifício, depois de uma conversa com a Direção dos BVM. Essa cedência foi gratuita, até à data de hoje, para que se pudesse instalar provisoriamente, o Solar do Alvarinho. Achou-se que faz todo o sentido ficar com o edifício, com um arrendamento de 10 anos.

Seguidamente solicitou da palavra o deputado Pedro Silva, não pondo em causa a modalidade do arrendamento, nem sabendo que tipo de planeamento a câmara está a fazer para esse espaço, questionou de seguida se têm algum projeto.

Referiu que lhe parece subvalorizado, o valor para o arrendamento de 750€ de um edifício central, emblemático da Vila. Parece-lhe um valor baixo de renda, um bom negócio para a Câmara Municipal e um mal negócio para os BVM.

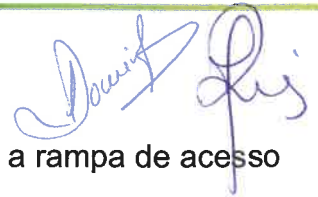
Neste ponto de intervenção o senhor deputado José Albano Esteves Domingues aludiu a que o documento que lhes havia sido distribuído dava, em parte, como justificação para esta intenção de contratualizar o arrendamento do antigo quartel dos Bombeiros com a necessidade de aproximar os serviços municipais da população, mas que certo é que não existe qualquer informação ou indicação acerca de quais os serviços a aí instalar. Defendeu, também, que a seu ver a Câmara Municipal não apresenta necessidades logísticas a esse nível, até porque ainda recentemente ficou na posse do edifício da Altice, uma construção de considerável dimensão e na qual efetuou obras de alguma monta. Não obstante isso, afirmou compreender que com esta operação, para além da manutenção e requalificação do edifício, permitir-se-á a angariação acrescida de receitas que são sempre bem-vindas para uma Instituição que apresenta fins e desígnios tão nobres como são os da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melgaço, razão pela qual o sentido de voto da sua bancada será a favor.

Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº219 Análise e deliberação da proposta de afetação ao domínio público de área envolvente ao Largo José Cândido Gomes de Abreu;

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que informou, que foi feita a requalificação desta rua assim como do respetivo largo. Achou-se que faria sentido fazer uma ligação da Praça da República, junto à Fonte de S.João, facilitando assim o acesso ao centro da Vila. No desenho da ligação verificou-se que o troço era espaço privado, pertencendo ao condomínio do edifício que ali está, junto da Praça José Cândido Abreu. Em articulação com os



condôminos, fez-se a desafetação dessa faixa, que coincide com a rampa de acesso às garagens do prédio, ficando a ligação pública pedonal feita em espaço público.

Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº220 Análise e deliberação da proposta de nomeação do Fiscal Único da empresa “Quintas de Melgaço-Agricultura e turismo S.A”;

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que informou, que as Quintas de Melgaço estão a entrar num novo triénio dos seus corpos sociais e, neste inicio de mandato, faz sentido e tem imperativo legal que traga à Assembleia, o assunto.

Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 7 abstenções da Coligação P´rá Frente Melgaço.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº221 Intervenção do Público;

Interveio neste ponto o deputado Jorge Ribeiro, que começou por reiterar o pedido de desculpa pela sua intervenção e a forma como reagiu. Os últimos tempos para ele não têm sido fáceis no que diz respeito a insinuações. Por isso, não seria a pessoa certa para acusar e fazer insinuações acerca dos outros. Aquando da sua intervenção frisou o alvarinho, falou do amigo Paulo Cerdeira, deputado desta Assembleia, mas também queria fazer uma referência ao deputado Carlos Codesso, pois é um dos produtores mais antigos e ainda ao Vereador Vitor Cardadeiro. Por fim, referiu que tem visto, ao longo deste mandato, que já há espaço para todos os vereadores se sentarem de forma equitativa, mas há uma coisa que se poderia fazer. Na sua opinião, os deputados têm de falar para a assembleia, não faz sentido

estar a falar só para o Presidente e para a Mesa. Por isso sugeri arranjar um espaço para os deputados fazerem as intervenções de frente para a Assembleia.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram 13h02 minutos, foi a reunião encerrada pela senhora Presidente da Mesa, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Maria de Fátima Teixeira Pereira

Presidente da Mesa da Assembleia

Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves.

Sónia Durães

Substituta do 1º Secretário da Mesa da Assembleia

Sónia Durães.

Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues

2ºsecretária da Mesa da Assembleia

Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD NO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP
RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº "3" DA "ORDEM DO DIA" DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 26/06/2021

("Análise e Deliberação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2020")

Tal como todos os anos acontece, procedemos a uma análise rigorosa, criteriosa, e detalhada das contas que o Executivo trouxe à votação nesta Assembleia.

Cumpre-nos informar os eleitores sobre as nossas considerações, justificando o nosso voto contra a sua aprovação.

De relevar que no ano findo ocorreu uma mudança da Norma Contabilística aplicada no registo documental por parte das autarquias, visando conferir melhorias na qualidade dos documentos apresentados.

Esta mudança, do POCAL para o SNC-AP, é importante para uma melhor leitura e interpretação das contas públicas por parte dos órgãos autárquicos e dos eleitores.

Quanto aos números apresentados diremos que:

- Entendemos que 2020 foi um ano difícil e de desafios para quem gere;
- Que o Executivo norteia a sua ação por apresentar contas equilibradas, com preocupação em reduzir o passivo bancário. E houve, de facto, uma diminuição do nível do endividamento no médio e longo prazo, reduzido para 3.631.059,97 €uros, mas sendo de notar que o passivo total do Município se mantém ainda acima do patamar dos 10.000.000,00 €uros (concretamente em 10.229.317,78 €uros), o que se mostra preocupante tendo presente a realidade, e exiguidade, das receitas próprias do Município.

Não olvidar, também, que esta redução se está a fazer à custa do mingar, ano após ano, da fatia do orçamento destinada ao investimento, quando do lado da despesa corrente esse esforço já não se nota.

- A despesa corrente em 2020 cresceu para mais de 10 milhões de euros, ao passo que para o investimento apenas sobraram pouco mais de 3 milhões.

[

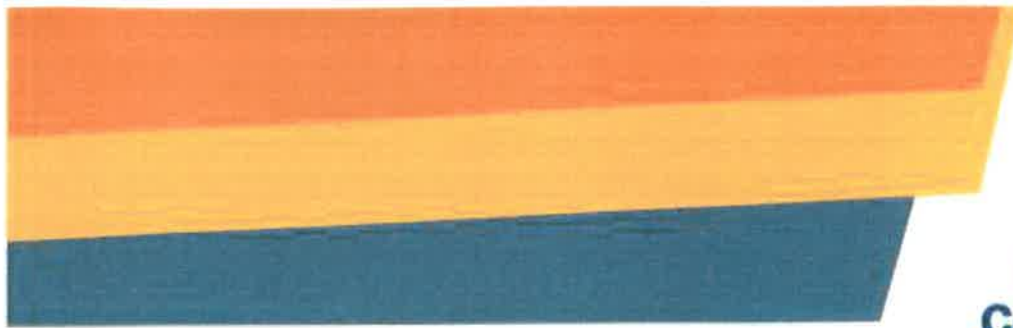
- Quase metade da despesa corrente é já usada para pagar o funcionamento orgânico do Município.
- Houve um resultado líquido positivo de 632.479,38 €uros, o qual não pode deixar de se dissociar, porém, dos baixos níveis de execução orçamental do lado da despesa, assim como do aumento extraordinário das receitas provenientes da renda do Parque Eólico do Alto Minho.
- Cumpru-se a regra do equilíbrio orçamental, mas tal foi extremamente facilitado pelos inúmeros eventos e realizações que ficaram sem fazer, ou que foram reformulados, em função da situação epidemiológica que nos vem afetando.
- Mais uma vez, como vem sendo prática dos Executivos que têm liderado os destinos do Município Melgacense, a execução orçamental continua abaixo do aceitável, em especial no que diz respeito ao investimento (capital), quedando-se nos 50,10%, praticamente metade do previsto no Plano de Atividades e Orçamento.

Repare-se que os desvios quer na receita quer na despesa são superiores a seis milhões de euros, praticamente uma terça-parte do orçamentado.

Apresentam-se grandes orçamentos, mas depois executam-se migalhas.

- Se é certo que as transferências do Orçamento de Estado aumentaram em 8% de 2019 para 2020, que a receita aumentou, do ano de 2019 para o de 2020, em mais de 270.000,00 €uros, e ainda que o resultado líquido do exercício apresenta um saldo positivo, de mais de 632.000,00 €uros, temos por certo que não foi por falta de verbas que o Plano de Atividades e Orçamento para 2020 ficou em grande parte por cumprir.

- Diga-se, ainda, que o Executivo PS violou, pelo 4º ano consecutivo, as regras emanadas da DGAL, no sentido de a realização orçamental do lado da receita não poder ficar abaixo dos 85%, o que pode levar a que sejam ativados mecanismos de alerta e controlo, conforme a lei prevê, e o que gera preocupação na nossa bancada.



Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

Mercê da realidade dos números, e contrariamente ao que vem expresso no documento da prestação de contas, cabe concluir que o mesmo não espelha racionalidade e rigor na gestão, nem eficiência na utilização dos meios afetos à prossecução das atividades, tão pouco eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados, mas antes, e isso sim, uma evidente incapacidade em se cumprir com o Plano de Atividades e Orçamento, que a maioria PS votou favoravelmente.

Pelo exposto, o nosso voto vai no sentido da não aprovação das contas apresentadas.

Os eleitos do PPD/PSD no Grupo Municipal da Coligação “Prá Frente Melgaço”.



**Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço**

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD NO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP
RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº "6" DA "ORDEM DO DIA" DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 26/06/2021

("Análise e Deliberação da Proposta de Adjudicação ao Banco Santander Totta para Contratação de Empréstimo de Médio/Longo Prazo, ao Abrigo da Linha IFRRU, até ao montante de 2.153.303,08 Euros")

A contratação do empréstimo em questão visa a obtenção dos meios financeiros necessários à execução de uma obra – Requalificação das Piscinas Municipais de Melgaço - que reputamos de primordial importância e que apenas peca por tardia, razão pela qual os deputados da Coligação PPD/PSD não votaram contra, aquando da deliberação da autorização para a sua contratação, na Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2020.

Já o processo tendente à concretização de tal empreitada se tem revelado fértil em ocorrências que não primam pela normalidade, desde o facto do primeiro concurso ter ficado deserto, passando pela não obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas ao empréstimo anteriormente contratualizado para o efeito.

O acórdão nº 42/2018, que negou o visto a dois (outros) contratos de empréstimo IFRRU 2020, igualmente celebrados entre autarquias e o BPI, com fundamento, além do mais (tal como sucede no caso do Município de Melgaço) no incumprimento da limitação temporal dos períodos de carência na amortização, data já de 20/12/2018. Tendo presente essa dilação temporal, de mais de dois anos (entre o momento em que foi proferido o acórdão e o momento da contratualização com o BPI), foi por nós perguntado ao senhor Presidente da Câmara o porquê de não ter sido levado em linha de conta o entendimento sufragado por aquela Instância Jurisdicional, no sentido de se evitar que este empréstimo também viesse a ser chumbado. À questão posta, porém, nada nos foi respondido.

Uma vez não obtido o visto do Tribunal de Contas (ao empréstimo contratualizado com o BPI) necessário se passou a evidenciar, de facto, o lançamento de uma nova operação para a obtenção de financiamento bancário. E por aí nada de novo.

[

O que estranhámos, e muito, foi o estarmos a deliberar a adjudicação do empréstimo ao Banco “Santander Totta, S.A.”, tendo presente o posicionamento do senhor Presidente da Câmara, certamente alinhado com o seu Executivo, com relação ao encerramento, em momento ainda muito recente (outubro de 2020), da agência da dita instituição bancária na Vila de Melgaço.

Com efeito, em nota de imprensa, tornada pública pela Rádio Vale do Minho em 16/10/2020, o senhor Presidente Manoel Batista insurgia-se, com veemência, contra o encerramento da agência de Melgaço do Santander Totta, confessando a sua absoluta surpresa pelo fecho, manifestando o seu profundo descontentamento, acusando a administração do banco de estar a virar as costas à população, e rematando que com tal abandono os Melgacenses deixariam de confiar na dita Instituição.

Os Melgacenses deixaram, de facto, de confiar. O senhor Presidente, e o Executivo que lidera, pelos vistos, é que não.

Repare-se que na sequência do ofício–convite que ao Banco Santander foi dirigido pela Câmara, para que apresentasse proposta para a concessão do crédito, o Município de Melgaço reservou o direito de não adjudicar, total ou parcialmente, o valor em consulta, assim como reservou o direito de proceder à negociação das propostas apresentadas. Não usou, todavia, uma tal prerrogativa de negociação, mormente em ordem a que fosse suprimido ou eliminado o indexante ao *floor* zero e, desse modo, se pudesse beneficiar da taxa de juro com o *spread* mais baixo.

Mas mais: comparando as propostas apresentadas pelo Santander Totta e pelo Millennium BCP constata-se que a taxa de juro proposta pelo primeiro (com um *spread* de 2,25%) é superior à do segundo (com um *spread* de 1,75%) em 0,50 pontos base. Nem por isso, porém, a proposta do BCP foi a escolhida.

Como justificação para a aceitação da proposta com a taxa de juro maior (a do Santander), e que, portanto, não se assume como a “proposta economicamente mais vantajosa” (fator de vencimento, de escolha ou seleção, publicitado pelo Município nas condições postas para a contratação), foi alegado que na proposta do BCP o indexante (ao *spread*) tinha um *floor*, isto é, um limite mínimo a partir do qual o *spread* não pode baixar, concretamente para taxa negativa.



Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

Sublinhe-se, porém, que para tirar dividendos da inexistência de *floor* necessário seria que as taxas de juros continuassem a baixar, e com uma descida que fosse além dos ditos 0,50 pontos base negativos, situação que não se afigura minimamente crível que venha a acontecer, se tivermos em conta que as taxas de juro já se mantêm muito baixas desde, sensivelmente, a crise do imobiliário, sendo os especialistas nesta matéria de parecer que as taxas tenderão, no médio prazo, a subir (e não a descer).

Chegados aqui cabe-nos perguntar: existiriam motivos atendíveis e suficientes que justificassem que o senhor Presidente da Câmara e Executivo PS, depois da posição pública assumida quanto ao encerramento das instalações do Banco Santander Totta no concelho de Melgaço, engolissem um tamanho sapo?

Entendemos que claramente não.

Não somos contra a obra, nem contra a contratação do empréstimo que se destine a financiá-la. Mas somos claramente contra a adjudicação da operação a uma instituição bancária que recentemente voltou as costas aos Melgacenses, que abandonou Melgaço, e que, por essa razão, não merece ganhar, à nossa custa, um único cêntimo que seja.

É, pelas razões expostas, o nosso sentido de voto - abstenção.

Os eleitos do PPD/PSD no Grupo Municipal da Coligação "Prá Frente Melgaço".

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD NO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP (COM A EXCEÇÃO DO DEPUTADO JORGE RIBEIRO, QUE OPTOU POR APRESENTAR DECLARAÇÃO DE VOTO PRÓPRIA) RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº “7” DA “ORDEM DO DIA” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 26/06/2021

(“Análise e Deliberação da Proposta de Assunção de Compromisso Plurianual, no âmbito do Protocolo de Colaboração com o IPVC para Criação de Alojamento”)

Tivemos oportunidade de informar a Assembleia Municipal que temos plena consciência das carências que se verificam ao nível do alojamento para albergue dos estudantes do Pólo de Melgaço (“Escola Superior de Desporto e Lazer”) do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Seria, todavia, importante refletir sobre o porquê de muitos proprietários optarem por manter as suas habitações secundárias, ou disponíveis, livres e devolutas em vez de as integrar no mercado locatício, dando-as de arrendamento aos estudantes.

Colocamos, a propósito deste assunto, várias questões ao Executivo PS, na pessoa do senhor Presidente da Câmara Municipal, umas não respondidas e outras que apenas o foram após muitas insistências da nossa parte.

O senhor Presidente da Câmara recusou-se, designadamente, a informar a Assembleia acerca da identificação do proprietário do terreno, que, segundo ficamos a saber, assume a natureza de rústico, que é de mato e árvores, e que tem a área de 2.400,00 m², o qual vai receber 1.200,00 €uros de renda mensal, 14.400,00 €uros por ano, e 216.000,00 €uros no total dos 15 anos do contrato cuja renda o Município de Melgaço vai suportar.

O senhor Presidente da Câmara sabe de quem se trata mas entendeu que nós não tínhamos que saber.

Tanto quanto é do nosso conhecimento o nome do proprietário não se encontra, neste caso, a coberto de segredo de justiça, nem a sua divulgação viola o Regulamento de Proteção de Dados.



Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

A referida renda não será certamente paga pelo senhor Presidente da Câmara com dinheiro do seu próprio bolso, mas antes com as receitas do Município, e, de resto, com o dinheiro dos nossos impostos, enquanto contribuintes. Apesar disso, entende que os deputados da Assembleia Municipal, que representam o eleitorado de Melgaço, não têm nada que saber para onde é que vai o dinheiro de todos nós!

Temos, seguramente, senhor Presidente, o direito de saber aonde anda a ser gasto o nosso dinheiro.

O senhor Presidente da Câmara também não nos soube dar uma qualquer explicação acerca dos cálculos feitos, ou de como é que se chegou ao concreto valor de uma tal renda. Porquê 1.200,00 €uros e não 200,00 €uros? Ficamos sem saber.

Note-se que ao preço médio do mercado de arrendamento no concelho de Melgaço (fixado, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, em 215,67 €uros, conforme veiculado num estudo, intitulado “Estratégia Local de Habitação”, elaborado por técnicos da Autarquia, e no qual até se defende ser tal valor alto) 1.200,00 €uros corresponde à renda de seis apartamentos de tipologia T2 no centro urbano da Vila.

1.200,00 €uros é muito mais do que o Município vem, desde há longos anos, a pagar pelo arrendamento dos vários espaços dos Estaleiros Municipais.

1.200,00 €uros supera, em exatamente 450,00 €uros, por exemplo, o que o Município de Melgaço vai pagar à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melgaço pelo arrendamento de todo o edifício do antigo Quartel dos Bombeiros (750,00 €uros).

Compare-se, por exemplo, quanto a Câmara Municipal de Melgaço pagou, e/ou vai pagar, aos proprietários que se viram desapossados dos seus terrenos, para passarem a integrar a Zona Empresarial de Alvaredo, ou até com o que rende o arrendamento de um hectare de vinha, ou o que uma tal unidade de cultura é suscetível de produzir, em termos de valor de mercado, no espaço de um ano, e veja-se a enorme disparidade dos números, num caso e no outro, com relação aos da renda em discussão (14.400,00 €uros por ano, repetimos, quase 3.000 contos em moeda antiga!...).



Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

Ou estamos perante um verdadeiro negócio das arábias, ou então há (outros) proprietários que estão a receber muito pouco pelo arrendamento, ou expropriação, dos seus bens imóveis.

O senhor Presidente da Câmara insurge-se contra aquilo que diz serem insinuações, e até acusa alguns deputados da Coligação PPD/PSD, mas, não obstante, não explica que cálculos foram feitos para se chegar ao concreto valor da renda cujo pagamento se assume, nem identifica o feliz contemplado com uma tão grande benesse (fomentando, dessa forma, justamente aquilo de que ele próprio se queixa - o levantamento de suspeições, de boatos, de insinuações).

Questionamos, de outra banda, se será ou não o proprietário do terreno, e senhorio, quem o vai infraestruturar, designadamente com a construção dos acessos, das redes de abastecimento de água e eletricidade, de saneamento e telecomunicações, e até implantação dos bungalows, porquanto a não ser assim o negócio em causa ainda se torna muito mais vistoso, lucrativo, e incompreensível, e a resposta (no sentido de que a infraestruturação ficará a cargo de quem fizer o investimento) voltou a ser vaga ou imprecisa.

Perguntamos, também, se ao deslocalizar os estudantes para um terreno nas imediações da Escola Superior se não está a retirar alguma da vida e do movimento de que o núcleo urbano da Vila tanto carece.

Questionamos, depois, o porquê de não se requalificar, por exemplo, o edifício da antiga Escola Primária da Vila, que se encontra livre e devoluto, transformando-o em residência estudantil ou em espaço de alojamento para os estudantes, e se tal requalificação não seria conseguida, no todo ou em larga medida, com o valor que se vai pagar de renda pelo referido terreno e contrato, num total de 216.000,00 Euros, mas nada, a tal propósito, foi dito.

E perguntamos, finalmente, o porquê de, mesmo que se pretendesse manter os estudantes nas imediações da Escola Superior, da não colocação (ou instalação) dos bungalows ou sistema modular no espaço baldio, até mesmo nas imediações da Pousada da Juventude, já utilizada para os mesmos fins, e quando certo é que desses baldios já foram desafetados vários hectares de terreno para outras infraestruturas, tais como o Centro de Estágios, o Hotel Monte de Prado e a dita Pousada da Juventude,



Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

existindo, de resto, milhares de metros quadrados, resultantes dessa desafetação, que já são propriedade do Município e que se encontram livres e disponíveis. Recebemos, como resposta, que não se queria saturar os baldios, por estar equacionado, para o local, um conjunto de equipamentos. Insistindo em que nos fosse respondido de que equipamentos se tratava, foi referenciada (tão somente) a unidade de distribuição de gás natural.

Diremos, em jeito de remate, que criação de alojamento sim; pelo processo e com os custos da solução apresentada manifestamente não.

Aceitamos o fim, mas não os meios e o processo escolhidos.

É, pelas expostas razões, o nosso sentido de voto - abstenção.

Os eleitos do PPD/PSD no Grupo Municipal da Coligação "Prá Frente Melgaço".

DECLARAÇÃO DE VOTO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 26.06.2021

Ponto 7 - Análise e deliberação da proposta de assunção de compromisso plurianual, no âmbito do protocolo de colaboração com o IPVC para a criação de alojamento

Começaria a abordagem a este assunto, deixando bem claro que não serei candidato a nenhum órgão autárquico nas próximas eleições, não estarei envolvido no processo eleitoral, nem tenho em Melgaço qualquer militância partidária. Assim sendo, não seria séria qualquer tentativa de transformar a minha posição, numa questão eleitoralista.

Também no que diz respeito aos problemas de habitação no concelho, já assumi publicamente, inclusive em artigos publicados na comunicação social, a importância que atribuo a essa questão. Defendo e apoio soluções capazes de criar condições para a atração e fixação de população no nosso concelho. No entanto, essas soluções terão que ser ajustadas, proporcionais e passíveis de serem explicadas aos melgacenses.

Ora nesta reunião, o Senhor Presidente de Câmara traz um ponto onde pretende que seja votado e aprovado um protocolo, para vigorar durante quinze anos, que obriga o município a transferir anualmente para o IPVC o valor 14.400,00 (catorze mil e quatrocentos euros), em tranches mensais.

Do pouco que se pode ler no protocolo, vemos que esse valor se destina a pagar a renda de um terreno, não identificado, relativa a um contrato de arrendamento a celebrar posteriormente, mas do qual não é apresentada qualquer minuta ou sequer informação, onde o IPVC instalará bungalows para alojamento de alunos da Escola Superior de Desporto e Lazer (ESDL).

E mais não diz. Este protocolo, resumido a uma página, com quatro cláusulas, num total de uma dúzia de linhas, representa um compromisso para os melgacenses de 216.000,00€ (duzentos e dezasseis mil euros).

Sendo eu, como atrás explicado, sensível às questões da habitação e da grande mais valia que a ESDL representa para o nosso concelho, importa perceber como foi encontrado este valor – que tipo de terreno está em causa, qual a área, quem vai fazer o investimento, quais os valores de referência utilizados.

Surpreendentemente, a informação prestada pelo Senhor Presidente de Câmara é muito pouca ou nenhuma. Assumi claramente que os serviços técnicos do município estiveram envolvidos na

determinação dos valores da renda e informou que o investimento não seria uma responsabilidade ou encargo do proprietário.

Após muita insistência, não foi possível obter nenhuma informação quanto ao método de cálculo do valor da renda. Apenas conseguiu informar que se tratava de um terreno rústico com 2.400 (dois mil e quatrocentos) metros quadrados.

Assim sendo, o Município de Melgaço vai pagar 14.400,00€ por ano, por um terreno rústico com 2.400 m². Isto durante 15 anos, perfazendo o valor total de 216.000,00€.

Está em curso o processo de expropriação e assinatura das escrituras relativas aos terrenos para construção da Zona Empresarial de Alvaredo. A minha família tinha aí terrenos, dos quais teve que abrir mão em prol desse projeto. E teve que abrir mão por um valor que lhe foi imposto, de 4,00€ por metro quadrado. A não aceitação desse valor implicaria morosos e dispendiosos processos judiciais.

No caso do arrendamento em causa neste protocolo, os 14.400,00€, representam um valor de 6,00€ por metro quadrado por ano. Ou seja, o Sr. Presidente da Câmara acha aceitável que o município pague por um ano de arrendamento muito mais do que pagou aos proprietários de Alvaredo pela venda dos terrenos.

E se atendermos aos valores a 15 anos, o valor do terreno a arrendar será de 90,00€ por metro quadrado. Ou seja, mais de vinte vezes aquilo que os proprietários de Alvaredo receberam pelos seus terrenos.

Hoje teria aconselhado a minha família a não aceitar os valores da expropriação. E aconselharei, aqueles que me pedirem opinião, a não o fazerem, a recorrerem aos tribunais e a usarem o valor deste contrato de arrendamento como referência para obterem melhores preços pela perda das suas propriedades.

Não tenho dúvidas em afirmar que, perante os valores com que somos confrontados neste contrato de arrendamento, as populações de Alvaredo foram seriamente lesadas com os preços praticados nas expropriações.

Se, por outro lado, olharmos para a rentabilidade dos terrenos agrícolas, nomeadamente aquela que é a cultura predominante no nosso concelho – a viticultura – percebemos que aquele terreno, com 2.400 m², poderia produzir uma quantidade de uvas da casta alvarinho, cujo valor de mercado andaria nos 2.800,00€. Esquecendo os custos de plantação da vinha, e aceitando que as despesas inerentes representariam 50% desse valor, o agricultor teria como rendimento da sua propriedade e ao fim de um ano de trabalho o valor de 1.400,00€.

Pois o nosso município irá pagar 14.400,00€ por ano, apenas pelo uso do terreno. Mais de 10 vezes mais, sem trabalho, sem investimento e sem chatices para o(s) seu(s) proprietário(s).

Resumindo, se usarmos como referência os valores encontrados pelo município para a expropriação de Alvaredo, o terreno a arrendar teria um valor de 9.600,00 € (nove mil e seiscentos euros) a que corresponderia uma renda anual máxima e otimista para o senhorio, na ordem dos 600,00 € (seiscentos euros). O valor que a Câmara pretende que o município pague por este arrendamento 2400% desse valor, ou seja, é nada mais nada menos que vinte e quatro vezes superior ao valor de mercado.

Obviamente que perante esta falta de informação, de explicações, perante o brutal afastamento do valor em questão daquilo que são os valores de mercado, importa ainda mais perceber quem é ou são o(s) proprietário(s) e futuros senhorios. Estamos a falar, como se consta na nossa praça, de alguém com ligação aos órgãos autárquicos? Estamos a falar, como se consta na nossa praça, de alguém com ligação ao partido político que suporta este executivo? É que se assim for, o cuidado com as explicações e a razoabilidade do negócio deveria ser ainda mais acautelado, a bem do bom nome de todos aqueles que tentam contribuir de forma abnegada para a causa pública, nomeadamente disponibilizando-se para fazer parte dos órgãos autárquicos.

Mandariam as mais elementares regras de pudor, de bom senso, do dever de prestar contas, que se explicassem minuciosamente os detalhes deste negócio. A não ser que não existam essas explicações e estejamos a falar de valores inexplicáveis, como de facto a mim me restam poucas dúvidas que assim seja.

Mais acrescento que entendo que o Senhor Presidente de Câmara não deveria sujeitar os membros da Assembleia, em especial os que pertencem à bancada que o apoia, a votar uma coisa destas sem as necessárias explicações pormenorizadas.

Podemos passar todo o tempo a dizer que Melgaço tem as maiores taxas de abstenção do país fruto da emigração, da desatualização dos cadernos eleitorais, etc. Mas haverá certamente outras explicações e o facto de as populações não acreditarem que os eleitos estão nos cargos para defenderem os interesses da comunidade, sobrepondo-se outras lógicas, será certamente uma delas.

Por mais que atenda ao facto de estar em fim de mandato, entendo não ter o direito de me desresponsabilizar e deixar de exercer, de forma séria e rigorosa, as competências de apreciação e fiscalização, que me são atribuídas por Lei enquanto membro da Assembleia Municipal.

Assim sendo, o meu voto não poderia ser outro que não um veemente contra, com a explicação vertida na presente Declaração de voto.

Melgaço. 2021.06.27

O Deputado Municipal,
Jorge Renato Vieira Ribeiro



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

Assunto n.º 213 da da Assembleia Municipal de 26 de Junho de 2021: “Análise e deliberação dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão de 2020”

Os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2020 são documentos essencialmente técnicos que visam apresentar a situação económico no referido período. Foi reconhecido, por todos, sem dúvida, que os documentos presentes à Assembleia Municipal apresentam, de forma clara e transparente as execuções orçamentais relativas ao ano em causa.

Num ano extremamente difícil, marcado pela pandemia que atingiu, não só Melgaço, mas todo o Mundo foi possível, mesmo assim, apresentar contas equilibradas, mantendo o rigor que tem pautado a gestão camarária socialista.

Foi, também, possível, em alguns casos, colocar no terreno e noutros casos projetar e adjudicar, obras estruturantes e importantíssimas para o Município.

De realçar, ainda, o apoio que continua a ser prestado, não por uma questão de obrigatoriedade, mas sim e principalmente de solidariedade, a todas as Juntas de Freguesia do concelho e que se vem refletindo na contínua melhoria da qualidade de vida de todos os Melgacenses.

Pelo exposto o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente o Assunto em causa.

Melgaço, 27 de Junho de 2021

Grupo Municipal do Partido Socialista



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

Assunto n.º 217 da da Assembleia Municipal de 26 de Junho de 2021: “Análise e deliberação de assunção de compromisso plurianual no âmbito do protocolo de colaboração com o IPVC para criação de alojamento”

O assunto em questão trata de um compromisso plurianual, no âmbito de um protocolo de colaboração com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, relativo à criação de alternativas de alojamento para os estudantes que frequentam a Escola Superior de Desporto e Lazer de Melgaço.

Como é do conhecimento geral, em virtude da afluência de alunos à referida Escola Superior, tem havido grandes problemas com o alojamento dos mesmos. O IPVC, para além de outras tentativas de resolução do problema, procura agora a criação de um novo espaço de alojamento através de uma construção modular, a instalar num terreno privado junto à Escola, solicitando para tal o apoio da autarquia.

Tendo em atenção que a resolução do problema de alojamento é fundamental para o desenvolvimento da Escola Superior de Desporto e Lazer, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta apresentada a esta Assembleia Municipal.

Melgaço, 27 de Junho de 2021

Grupo Municipal do Partido Socialista